

**COMUNIDADE E IDENTIDADE:  
A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO E A  
CONSTRUÇÃO DE UM SENTIDO DE COMUNIDADE E  
IDENTIDADE NA PERIFERIA DA CIDADE DO RECIFE NAS  
DÉCADAS DE 1930 E 1940**

***COMMUNITY AND IDENTITY:  
THE SOCIAL LEAGUE AGAINST MOCAMBO DURING  
AGAMENON MAGALHAES TERM AND THE CONSTRUCTION OF  
A SENSE OF COMMUNITY AND IDENTITY IN THE OUTSKIRTS  
OF RECIFE IN 1930's AND 1940's***

**Geane Bezerra Cavalcanti\***

**RESUMO**

O presente artigo trata sobre a questão da ocupação urbana na cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940, ocupação esta marcada pela presença do mocambo, construção simples de barro e palha habitada por famílias pobres. Para combater este tipo de construção, bastante marcante na cidade, foi criado durante o governo do interventor Agamenon Magalhães o projeto Liga Social Contra o Mocambo, que pretendia a construção e financiamento de casas populares. Porém, este projeto contribuiu para a expulsão de várias famílias das áreas centrais da cidade que passaram a habitar as regiões de morro na periferia do Recife. Esta nova condição fez surgir um sentido de comunidade e formação de uma identidade na população que habita a periferia da cidade. Temos por objetivo entender como se deu a ocupação dos morros do Recife e como foi formada a identidade e o sentido de comunidade desta camada social, para isso utilizamos o conceito de Zygmunt Bauman (2013) de identidade e de comunidade. Como metodologia realizamos a análise e cruzamento das fontes bibliográficas e jornalísticas contidas nos jornais Folha da Manhã e Jornal Pequeno, também foi utilizada fonte oral e iconográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade; Identidade; Estado Novo; Moradia.

**ABSTRACT**

This article discusses the issue of urban occupation in the city of Recife in the 1930s and 1940s, marked by the presence of mocambos, simple construction of mud and straw inhabited by poor families. To combat this type of construction, quite remarkable in the city, during the government of intervening Agamenon Magalhães the project Social League Against Mocambo was created, which meant constructing and financing of affordable housing. However, this project contributed to the expulsion of several families of the inner-city areas that come to inhabit the hill regions on the outskirts of Recife. This new situation has given rise to a sense of community and forming an identity in the population that inhabits the outskirts of town. We aim at understanding how the occupation of the hills of Recife and the identity was and sense of community was formed of this social layer, for this, we use the concept of Zygmunt Bauman (2013) of identity and community. As far as methodology is concerned we carried out the analysis and intertwined the bibliographical and journalistic sources in Folha da Manhã and Jornal Pequeno. We also used oral and iconographic source.

**KEYWORDS:** Community; Identity; New State; Housing.

---

\* Mestranda do programa de pós-graduação História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Endereço da autora: Rua Xavanti, nº 31 A, Nova Descoberta, CEP: 52191-212, Recife-PE. Este artigo é parte da dissertação que se encontra em elaboração.

O Recife da primeira metade do século XX passa por significantes mudanças estruturais, culturais e populacionais. Entre os anos de 1920 e 1940 sua população aumenta 46% devido, sobretudo, ao êxodo rural<sup>1</sup> e a migração de pessoas vindas de outros estados da região nordeste. Porém, a cidade não estava preparada estruturalmente nem economicamente para este aumento populacional, com isso, em 1939 cerca de um sexto da população se encontrava desempregada e havia na cidade quarenta e cinco mil mocambos<sup>2</sup> (CÉZAR, 1985, p. 161).

O mocambo era uma presença marcante na cidade e causava grande repercussão na imprensa e na literatura. Os jornais comentavam sobre a precariedade e miséria existente naqueles casebres. Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* (2004) faz um elogio a habitação por ser mais fresca que os sobrados

Pode-se até sustentar que o morador de mucambo construído em terreno seco, enxuto, a cobertura dupla protegendo-o bem da chuva, foi e é indivíduo mais higienicamente instalado no trópico que o burguês e sobretudo a burguesa do antigo sobrado. Ou que o pequeno burguês de casa térrea. (FREYRE, 2004, p. 301)

Porém a maior parte dos mocambos encontravam-se nas áreas de mangue e alagados da cidade, alguns possuíam cobertura de lata o que esquentava a residência e impedia a circulação de ar permitindo que o ambiente se tornasse ainda mais insalubre. Além disso, no mocambo residia a pobreza de seus habitantes, mesmo os que possuíam empregos não usufruíam de melhor qualidade de vida. Boa parte das famílias retiravam o seu sustento da própria lama dos mangues que habitavam, a extração e comercialização de caranguejos, peixes e mariscos era uma das principais atividades econômicas.

Josué de Castro (1968) denuncia as condições precárias dos habitantes dos mocambos que vivem e tiram seu sustento da lama, o que os tornam “homens anfíbios”, “homens caranguejo”<sup>3</sup>. Os mocambos se encontravam nas áreas de mangue da região

---

<sup>1</sup> Migração populacional do campo para a cidade. Isto ocorre quando a cidade passa a ser mais atraente do que o campo em relação a oferta de emprego e melhores salários, além de maior acesso a saúde e educação. Os camponeses buscam melhor qualidade de vida na cidade, porém nem sempre a encontram e esbarram no desemprego.

<sup>2</sup> Casas localizadas sobre a lama dos mangues em áreas alagadiças. Feitas de pau e barro batido, tendo o telhado formado por palha ou lata. Segundo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, tinham influência das construções indígena e africana, poderia ser dividida em sala, quarto e sala de jantar, ou possuir menos cômodos. A população do mocambo possuía sua própria organização social e desenvolviam atividades econômicas na própria localidade, como criação de animais, pesca e coleta de caranguejos e mariscos, mais o aluguel de mocambos.

<sup>3</sup> Expressões e descrições encontradas nos livros *Documentário do Nordeste e Homens e Caranguejos*.

central da cidade, principalmente nos bairros do Pina, Santo Amaro e Afogados. Muitos estavam próximos dos sobrados, moradias das pessoas ricas ou da classe média da cidade, e de repartições públicas. É Josué de Castro (1968) quem melhor define o que era o mocambo e quem os habitam:

“Afogados”, “Pina”, Santo Amaro”, zonas dos mangues dos “mocambos”, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão da fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “mocambos”. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno das Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana. (CASTRO, 1968, p. 17)

Os mocambos eram remanescentes do período escravocrata, era o local onde os negros fugidos ou livres habitavam. Com o fim da escravidão e o crescimento urbano este tipo de construção se proliferou pela cidade, chegando cada vez mais perto dos sobrados.

Mas quando as senzalas diminuíram de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas da cidade. (...) também no interior as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mocambos: trabalhadores livres quase sem remédios, sem assistência e sem amparo das casas-grandes. (FREYRE, 2004, p. 270-271)

O mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. O mocambo incomodava a cidade, ofuscava-a, revelava suas misérias e contradições.

Nas décadas de 1930 e 1940 era quase unanimidade no Recife: o mocambo era um problema! Era o que expunha a pobreza da cidade e sua severa desigualdade social, sua defasagem habitacional, era o que envergonhava, era o “feio” e deixava a cidade “feia”, era o não civilizado, o atrasado, o que deveria ser retirado.

### **A Liga Social contra o Mocambo no governo de Agamenon Magalhães**

Em 12 de julho de 1939 é criada a Liga Social contra o Mocambo, projeto que tinha por finalidade a construção de casas populares e a erradicação dos mocambos. Era um dos principais programas políticos do então Interventor Federal Agamenon

Magalhães, homem de confiança de Getúlio Vargas<sup>4</sup> e comprometido com a ideologia do Estado Novo. Segundo Pandolfi (1984, p. 43) o Estado Novo é conhecido “como um momento crucial para a consolidação do Estado nacional” e tem por características básicas o “fortalecimento do Executivo Federal, o relativo distanciamento e enquadramento das forças sociais através da estrutura corporativista, a abolição dos partidos políticos e o conseqüente controle da vida política do país”.

Esta forma de ditadura abolia as instituições democráticas, fragilizando ainda mais a democracia nacional. Procurava legitimar-se no poder através de alianças com as elites que os apoiavam, também com a Igreja Católica e ainda incluía as camadas populares no seu projeto político. A preocupação em relação aos problemas trabalhistas e sociais fez do período entre 1930 a 1945 “um momento da legislação social” (CARVALHO, 2013, p. 110), colocado a frente dos direitos políticos e civis, comprometendo o processo democrático. A política do Estado Novo foi inspirada no positivismo brasileiro ou ortodoxo baseado no pensamento de Augusto Comte, esta corrente política afirmava que “o principal objetivo da política moderna era incorporar o proletariado à sociedade por meio de medidas de proteção ao trabalhador e a sua família” (CARVALHO, 2013, p. 111).

Desta forma as décadas de 1930 e 1940 são marcadas pelas leis trabalhistas, que favoreciam principalmente os trabalhadores sindicalizados urbanos. É deste período a criação do Departamento Nacional do trabalho, o decreto que estabelecia a jornada de oito horas de trabalho para os trabalhadores da indústria e comércio, a regulamentação do trabalho feminino, criação do salário mínimo, fundos de pensão e aposentadoria, entre outros benefícios. Segundo Carvalho (2013, p. 119) a constituição de 1934 fornecia poder ao governo para regular as relações de trabalho, o sindicato devia ser um órgão de cooperação entre os operários, patrões e Estado. Além disso, os sindicatos não possuíam autonomia, o governo controlava e vigiava suas ações, através da presença de delegados que faziam relatórios trimestrais sobre o que ocorriam na organização, intervindo nos momentos de suspeita de irregularidade.

---

<sup>4</sup> Foi um dos líderes da Revolução de 1930. Presidiu o Brasil através de um golpe de Estado entre os anos de 1937-1945 período que ficou conhecido como Estado Novo. Realizou importantes ações no campo do trabalho, como criação do Ministério do trabalho, o salário mínimo e a carteira assinada. Além da criação de outros órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP no qual controlava, censurava e manipulava as notícias produzidas pela imprensa a seu favor. Seu governo tinha a finalidade de acabar com as antigas oligarquias, diminuir as desigualdades sociais e barrar o crescimento do comunismo.

O governo mantinha delegados seus dentro dos sindicatos. Os delegados assistiam as reuniões, examinavam a situação financeira e enviavam relatórios trimestrais ao governo. Os sindicatos funcionavam sob estrita vigilância, podendo o governo intervir caso suspeitasse de alguma irregularidade. (CARVALHO, 2013, p. 116).

Agamenon assume a interventoria de Pernambuco em 3 de dezembro de 1937, substituindo o governador Carlos de Lima Cavalcanti<sup>5</sup>. Sua política tem como lema “a recuperação econômica e social de Pernambuco”, suas principais frentes de trabalho eram a erradicação dos mocambos e a manutenção do camponês na terra. Preocupava-se também com a doutrinação política “utilizando-se, inclusive, para este fim, de instituições já existentes, entre estas a igreja” (PANDOLFI, 1984, p. 50). Era quem escolhia os prefeitos dos municípios, buscava administrar ele mesmo todos os órgãos administrativos. Ainda retirou privilégios políticos da antiga elite política pernambucana e fez alianças com as que mostravam-se simpáticas ao novo governo (PANDOLFI, 1984, p. 51).

O interventor buscava aliar-se a elite econômica e elaborar projetos para as camadas populares, desta forma seguia a cartilha do Estado Novo que procurava diminuir a luta de classe e formar uma sociedade mais harmônica. Desta forma acreditavam que evitando a luta de classe inibiria a ação dos comunistas.

A gestão de Agamenon Magalhães pretendia urbanizar e modernizar o Recife, por conta disso tinha por prioridade setores como o rodoviário, habitação popular, saúde pública e educação. No que condiz a Habitação popular, a Liga Social Contra os Mocambos seria o maior projeto, o qual procurava solucionar a questão dos mocambos que se alastrava à anos na cidade. De fato era um assunto de difícil solução, segundo Pandolfi (1984, p. 60-61) a partir da década de 1920 de cada duas novas habitações uma era mocambo, em 1938 o Recife era a primeira em densidade demográfica<sup>6</sup> do país. Com relação aos habitantes dos mocambo apenas 3,30% eram desempregados, entre os homens a ocupação exercida era a de artesão, operários, comerciários e empregados no setor de transporte. Já entre as mulheres a ocupação era de cozinheira, lavadeira, empregada domésticas e outras atividades referente ao lar.

---

<sup>5</sup> Advogado pernambucano, apoiou Vargas na revolução de 1930, foi colocado como interventor em Pernambuco nos anos de 1930 até 1934, quando é eleito governador do Estado. Rompi com Vargas e com Agamenon, seu ex-aliado. Em 1937, acusado de ter contribuído com o levante comunista de 1935, é afastado do governo.

<sup>6</sup> Termo geográfico. Número de habitantes dividido pelo território.

Os jornais do Recife anunciavam a criação da Liga Social contra os Mocambos com entusiasmo, mesmo quando ainda era um projeto. O Jornal Pequeno<sup>7</sup> remete a questão enaltecendo o Interventor pela sua “coragem” de enfrentar o problema do mocambo, considerando esta uma ação cristã. Segundo o mesmo Jornal a ação deveria ser louvada pois os mocambos não combinavam com uma cidade “civilizada”, além do mais “o mocambo não degrada, só e só, a nós de condição de gente culta, mas é um atentado aos sentimentos cristãos de um povo” (Jornal Pequeno. Recife, 12 de julho de 1939). Lembramos que o Estado Novo mantinha forte vínculo com a Igreja Católica, o próprio Agamenon colocou em seu secretariado jovens católicos que faziam parte da congregação Mariana. Muitas ações propostas pelo interventor eram chamadas de ações cristãs pelos jornais, mas principalmente a Liga Social.

Para a implementação do projeto Agamenon convocou uma reunião no palácio do governo para empresários da cidade que se mostrassem dispostos a participar da ação doando dinheiro e construindo as casas populares. Além disso, contou com o apoio da Caixa Econômica Federal que construiria mais de 3 mil casas. Estas habitações ficariam em vilas nas áreas escolhidas pela comissão e seriam financiadas pelas pessoas de baixa renda<sup>8</sup>.

### Problemas e impasses na Liga Social Contra o Mocambo



**Figura 01:** Mulheres e crianças ao lado de um mocambo. Ao fundo um Dirigível Zeppelin. A modernidade contrasta com o atraso e pobreza. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin, localidade do Jiquiá, Recife 1930<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Jornal de larga circulação no Recife durante o período do Estado Novo. Fundado nos fins do século XIX funcionou até a metade do século XX, seguia uma linha conservadora.

<sup>8</sup> Informações contidas no Jornal Pequeno em 13 de julho de 1939.

<sup>9</sup> Pernambuco Arcaico:<<https://www.facebook.com/PernambucoArcaico/photos/pb.270460486407813.-2207520000.1427759269./742790249174832/?type=3&theater>> Acesso em: 30/03/2015.

Como ações de combate ao mocambo o prefeito da cidade Novaes Filho, posto no cargo por Agamenon Magalhães, proibiu a construção de novos mocambos e elevou o imposto a ser pago pelos proprietários dos terrenos onde se encontram este tipo de habitação<sup>10</sup>. Os operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e pensões do Ministério do Trabalho teriam prioridade na compra dos imóveis. Desta forma nem todos conseguiriam financiar o novo imóvel, segundo Pandolfi (1984, p.62) esta ação também “ao priorizar os sindicalizados e contribuintes, o governo indiretamente estimulava e fortalecia a sindicalização operária”. Ainda também:

É interessante notar que a valorização da categoria profissional perpassava todo o projeto em pauta. Ou seja, afinado com a visão corporativa presente na proposta do Estado Novo, o governo estadual estimulava que as unidades habitacionais construídas fossem ocupadas segundo o critério profissional. Não é por acaso que os primeiros conjuntos habitacionais criados no período recebem o nome de Vila dos Pescadores, das costureiras, das cozinheiras, etc. (PANDOLFI, 1984, p. 62)

Porém, ao priorizar os trabalhadores sindicalizados vários outros eram excluídos do programa. Como já citado acima boa parte dos trabalhadores dos mocambos estavam ocupados como autônomos, artesãos e as mulheres, principalmente, na atividade doméstica. Para estes setores não haviam regulamentação nem sindicatos, com isso estes trabalhadores viam-se excluídos da política social do governo, assim como também os trabalhadores rurais. Para Carvalho (2013, p. 114-115) a política social do Estado:

Tratava-se, portanto, de uma concepção de política social como privilégio não como direito. Se ela fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. (...) Por esta razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como “cidadania regulada”, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.

As ações da Liga Social Contra os Mocambos eram bastante divulgadas pelos jornais da época, estes mostravam apoio e elogiavam a atitude do interventor. Contudo, dificilmente poderíamos esperar outra reação dos jornais, pois o Estado Novo possuía o controle sobre os meios de comunicação. Logo, apresentar uma opinião contrária ao Estado não era nada conveniente aos proprietários dos jornais. A constituição de 1937 permitia a intervenção do Estado sobre a imprensa e a apropriação destes meios para divulgação e propaganda governista. Em dezembro de 1938 é criado o Departamento de

---

<sup>10</sup> Jornal Pequeno, 17 de julho de 1939.

Imprensa e Propaganda – DIP, desta forma o Estado procurou criar um novo conceito de imprensa, atribuindo-lhe uma função pública e limitando a liberdade de expressão (PANDOLFI, 1984, p. 51).

A imprensa também era utilizada para difundir as ideias do Estado Novo e formar a opinião pública. O próprio Agamenon Magalhães utilizou este meio para disseminar suas ideias e justificar suas ações. Ele utilizava principalmente o jornal de sua propriedade Folha da Manhã para este fim. Segundo o próprio Agamenon o Folha da Manhã era “o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovadora do Estado” (Agamenon Magalhães, apud PANDOLFI 1984, p. 52-53).

Para justificar a Liga Social Contra os Mocambos o interventor escreve em sua coluna no jornal Folha da Manhã e para a Rádio Club de Pernambuco um pequeno artigo informando sobre “os males do mocambo”. Aproveita a oportunidade para chamar as classes mais abastardas da sociedade para contribuírem financeiramente com a Liga Social:

O primeiro mal do mocambo é que ele não tem piso, nem água, nem despejo. É um foco aberto para a propagação de todas as epidemias. O typho e a tuberculose têm a sua morada nos mocambos. A verminose devora as criancinhas do mocambo, quase todas opiladas e tristes. Disse-me o Dr. Mario Ramos, diretor da saúde pública, que há em torno dos mocambos 8 mil cacimbas, sendo o esforço dos sanitaristas infernal na luta contra estes focos de infecção permanente. (...) Diante, pois, do mocambo, haverá uma sensibilidade que não estremeça, ou uma consciência que não proteste? Há quem fique, diante de tamanho perigo social, de braços cruzados? Há quem tenha o coração tão duro que se feche ao apelo do governo para fazer uma casa e derrubar um mocambo? Onde estão as mulheres que vendiam suas joias para comprar a liberdade dos negros? Onde se escondem a grandeza varonil dos fidalgos pernambucanos, que se despojavam de honrarias e de bens para lutar pelo direito dos outros? Não há opressão social mais cruel do que a do mocambo. (Agamenon Magalhães, Folha da Manhã, Recife 12 de julho de 1939).

Para Agamenon e os médicos sanitaristas, os mocambos eram espaços insalubres e disseminadores de doenças, oferecendo um risco para a saúde pública da cidade. Além disso, era um ambiente degradante para os seus habitantes, logo deveriam ser extintos.

Esta é uma situação semelhante a que Sidney Chalhoub descreve no seu livro *Cidade Febril* sobre a ação dos médicos sanitaristas para a extinção dos cortiços no Rio de Janeiro durante o período imperial. As pessoas pobres que habitavam os cortiços eram vistas pelo poder público como “classes perigosas”, por serem consideradas ociosas e transmissoras de doenças, chegaram a esta conclusão a partir do



Diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (CHALHOUB, 2006, p. 29).

Para impedir o surgimento de mais cortiços foram estabelecidas leis que proibiam a sua construção, como também ações de despejo, aumento de imposto e demolição dos mesmos. Medidas bastante semelhantes com as tomadas pelo Interventor Agamenon sobre os mocambos cerca de 50 anos após a ação higienista ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Outra semelhança é que a higienização, acima dos interesses em relação a saúde pública, era uma higienização social. Retirar os mais pobres das áreas centrais e colocá-los em regiões mais afastadas era o objetivo. Com isso a pobreza e miséria não incomodariam os políticos e a sociedade mais abastada. Era compatível também com interesses de construtoras de olho nos terrenos mais centrais, áreas mais valorizadas da cidade.

A Liga Social Contra o Mocambo combateu o mocambo como construção e não a miséria que o habitava, ele “era visto como causa, e não como consequência, de uma situação de desigualdade econômica” (PANDOLFI, 1984, p. 63). Isto fica claro em uma declaração do próprio Agamenon Magalhães em que afirma que o mocambo acomoda o trabalhador, por isso ele não se esforça para mudar sua condição, porém uma moradia nova, descente e saneada o estimulará a buscar melhorias para sua vida, o fazendo trabalhar mais (Agamenon Magalhães apud PANDOLFI, 1984, p. 63). Além disso, o mocambo, ainda, era considerado o responsável pela vinda das famílias do interior para a capital. Como era uma construção fácil e barata servia de refúgio para as famílias interioranas, estimulando desta forma a vinda dos retirantes, era o que afirmava a interventoria (PANDOLFI, 1984, p. 63).

Sem a preocupação social de fato, a Liga mostrou resultados pouco expressivos para o que se propôs. Segundo Paldolfi (1984, p 65-66), um relatório apresentado quatro anos após a formação da Liga Social Contra o Mocambo afirma que havia sido construídas 5.707 casas no Recife e 8.109 no interior, lembrando que em 1937 os mocambos chegavam a mais de 45.000 apenas na capital. Estes dados nos mostram que o número de construções foi muito pequeno para atender a demanda. Além disso, em 1960 o Recife possuía cerca de 100 mil mocambos. Com a menor pressão governamental os mocambos voltaram para as áreas centrais enquanto a população da cidade só aumentava.

O que a Liga Social Contra o Mocambo conseguiu foi empurrar estas moradias para áreas mais distantes do centro, “interrompidas as facilidades de construção, pressionados pela Liga, pela prefeitura e pelos proprietários de terreno ou foreiros, os mocambos foram empurrados para os pontos extremos da cidade” (Pandolfi, 1984: 67). Desta forma o mocambo saiu da lama e foi para o para o morro, sem que tenha havido mudança social.



**Figura 02.** Mocambos na Ladeira do Boi, localizado no Bairro de Casa Amarela. Década de 1940. Acervo iconografia - FUNDAJ.

### **Construindo o sentido de comunidade e identidade**

A partir da década de 1940 as regiões de morro da cidade começam a ser povoadas mais rapidamente devido as pressões das ações promovidas pela interventoria. A população que se refugiava nestas localidades passava por inúmeras dificuldades devido à falta de infraestrutura, como água e energia elétrica, além disso, mais distantes do centro, tinham mais dificuldades em conseguir trabalho, como afirma Jaccoud (1990, p. 53):

Assim, caracterizada pelo enorme crescimento populacional, pela grande concentração de renda, pela incapacidade de geração de emprego e incorporação de grande parcela da população ao sistema econômico, o Recife transformou-se numa cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população morando em morros e alagados sem acesso a maioria dos serviços públicos básicos.

Habitando regiões mais afastadas e compartilhando dos mesmos problemas percebeu-se o surgimento de uma identidade comum através de laços de solidariedade e união entre as pessoas. Para Bauman (2013, p. 23-24), a identidade comum e o sentimento de pertencimento a um lugar têm a ver com a localidade. É mais fácil as pessoas sentirem-se pertencentes aos lugares mais distantes e isolados do que a algo mais amplo, como fazer parte de uma identidade nacional. “Durante a maior parte da história das sociedades humanas, as relações sociais tem se mantido firmemente concentradas no domínio da proximidade” (Phillippe Robert apud BAUMAN, 2013, p. 24). Logo, quanto mais próximas a seu lugar as pessoas estiverem, mais elas desenvolvem uma identidade comum e sentimento de pertencimento.

Esta identidade também cria o sentido de comunidade, segundo Ferdinand Tonnies (2003) a comunidade moderna surge a partir de um “entendimento compartilhado por todos os seus membros” (Tonnies apud BAUMAN, 2003, p. 15).

O entendimento ao estilo comunitário, casual (zuhanden, como diria Martin Heidegger), não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já “está lá”, completo e pronto para ser usado — de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar, com apreensão, “o que você quer dizer?”. O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” — “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”. (Bauman, 2003, p. 16)

Desta forma o entendimento compartilhado é algo natural, chegando a passar despercebido, segundo Tonnier (apud Bauman, 2003, p. 17) ele é “tácito” (subentendido), as pessoas compartilham do mesmo sentimento comunitário de maneira natural criando uma identificação e união entre o grupo.

Aspectos comunitários como estes marcaram a memória de Helena Lopes de Almeida<sup>11</sup>, antiga moradora do Morro da Conceição, periferia da cidade do Recife. Nascida em 1945 na cidade de Buenos Aires, interior pernambucano, ainda criança mudou-se para o Recife, assim como muitos interioranos que buscavam melhores condições de vida na capital. Suas memórias revelam a união popular do Morro da Conceição no entorno da igreja, presença marcante na comunidade até hoje. Em suas

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 13/09/2012 na residência de Helena Lopes de Almeida no Morro da Conceição, Recife – PE. Na ocasião a entrevista foi realizada para a minha pesquisa de iniciação científica.

lembranças está presente a mobilização popular para a construção da primeira igreja do Morro da Conceição com o incentivo do padre Geraldo.

Padre Geraldo começou a pensar em fazer uma igreja diferente. Ele também começou a criar grupos de jovens e encontro de irmãos (...) e ele começou a pensar em uma igreja diferente porque era um galpão aberto (a igreja). Aí o que fez Padre Geraldo? Começou a fazer pedido para as pessoas, para os fiéis, a trazer (material de construção) ... quem pudesse ajudar. Aí alguém lá do Córrego do Euclides deu tijolo, bastante tijolo. Só que tinha que buscar lá e a igreja aqui era muito pobre. Como buscar os tijolos lá? Aí o que fez padre Geraldo, ele fez uma Caminhada convocou os fiéis, o pessoal daqui do Morro, e fez uma caminhada para ir buscar estes tijolos. As ladeiras não eram calçadas, não tinha nada. Aí o pessoal foram. Aí ele fez essa caminhada para o pessoal trazerem o material e subiram por essa ladeira aqui. Foi muito bonito! Jovens, crianças, adultos, adolescentes, muita gente mesmo. O pessoal fez a concentração onde estavam os tijolos, o padre fez uma celebração animou o povo. E subiu. Cada um que trazia tijolo, o padre também trazia tijolo (...) eu só sei que trouxeram todos os tijolos e foi com os tijolos que construíram a igreja. Aí como fazer a igreja? A igreja não tinha dinheiro para pagar... aí os pedreiros daqui do Morro e lá da Ponte dos Carvalhos, onde veio o mestre pedreiro e ficava ensinando os jovens. Foi construída a igreja com o povo, foi o povo que construiu. (Helena Lopes de Almeida).



**Figura 03.** Galpão onde era realizada a missa antes da construção da igreja no Morro da Conceição citada por Helena. Década de 1940. Acervo iconografia - FUNDAJ.

A lembrança de Helena revela a união dos moradores em torno da igreja: “foi construída a igreja com o povo, foi o povo que construiu”. Em sua construção também estava presente o sentido comunitário e a identificação com o outro. Esta união e

consciência de fazer parte de uma comunidade será importante para outras mobilizações populares.

Foi a partir desta formação comunitária e de identidade que surgiram boa parte dos bairros periféricos da cidade, com as pessoas possuindo interesses em comum. Levamos em consideração a definição de bairro “como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários “lugares” na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para atender as suas necessidades cotidianas” (MAYOL, 2008, p. 46). Assim como os moradores do Morro da Conceição, que se uniram para construir a sua igreja, outras comunidades, juntamente com o próprio Morro, se uniram novamente em outras causas, como a reivindicação de melhorias estruturais para seus bairros e até mesmo uma maior participação política, procurando atender os interesses comuns da população.



**Figura 04.** Imagem de Nossa Senhora da Conceição no Morro da Conceição. Década de 1940. Acervo iconografia - FUNDAJ.

O sentido de comunidade presente e a formação de uma identidade entre os moradores da periferia do Recife será importante na formação das Associações de Bairro, organização que atuará durante o período democrático entre 1955 a 1964. Esta organização de cunho popular irá reivindicar aos órgãos públicos melhorias estruturais para a comunidade e maior participação política. Desta forma, a população da periferia

passa a reivindicar cidadania, saindo de uma situação de opressão para agente e ator protagonista de sua história. É mostrando o rosto e utilizando a sua voz que a população carente irá mostrar que a periferia, apesar de estar no entorno ou longe do centro, também faz parte da cidade.

### **Considerações finais**

A Liga Social Contra os Mocambos foi uma medida urbanista-higienista a qual tinha a finalidade de retirar os mocambos do centro da cidade do Recife, porém não combateu a questão social e a pobreza que os habitava. Além disso, era utilizada mais como propaganda para o interventor Agamenon Magalhães e para o fortalecimento político e Ideológico do Estado Novo em Pernambuco, isso ocorria na medida em que o programa privilegiava o fornecimento de novas moradias para os trabalhadores sindicalizados.

O projeto não conseguiu atingir seu objetivo, a extinção do mocambo, apesar de serem construídas vilas para os trabalhadores, o número de casas construídas foi inferior à demanda. Como não houve um combate dos problemas sociais no campo e na cidade, causa real da existência do grande número de mocambos, estas construções permaneceram e, com passar das décadas, seu número só aumentou. Apenas ocorreu a transferência de local de onde as mesmas se concentravam, se antes era nas áreas centrais da cidade, após as reformas urbanas que ocorrem no centro comercial do Recife, estas construções passam a se aglomerar nas áreas mais periféricas da cidade, principalmente nos morros.

Estando em áreas mais afastadas e dividindo as mesmas dificuldades, surge um sentido de comunidade e identidade entre os moradores da periferia do Recife muito marcada pelos laços de solidariedade, fé e união. A participação popular na construção da igreja do Morro da Conceição revela a união para construir algo que a comunidade iria usufruir. Este pensamento coletivo será importante para as lutas e conquistas das associações de bairro, localizadas nas comunidades carentes da cidade, cujos trabalho e empenho trarão reivindicações de melhorias estruturais para os bairros e maior participação política durante o período democrático entre 1955 a 1964. A partir da construção dessa identidade periférica foi possível aos moradores reivindicar cidadania.

**Referências**

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Ed: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Ed: Zahar, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Literatura em minha casa. V, 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CEZAR, Maria do Céu do E. S. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Caderno de Estudos*, v. 1. Nº 2. Recife- PE: Massangana, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968*. Recife: Mssangana, 1990.

MAYOL, Pierre; GIARD, Luce; CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife-PE: Massangana, 1984.

Recebido em: 26/08/2015

Aprovado em: 04/12/2015